

## Nacionalidade *versus* cultura nos discursos da ficção e da historiografia

Christian Schwartz<sup>1</sup> (USP)

...

### Resumo:

*Esta comunicação propõe uma aproximação teórica entre ficção e historiografia – ambas apenas versões textualizadas da história, conforme as teorias literárias e historiográficas mais recentes – a partir de uma provocação de Linda Hutcheon e, ainda, de um mergulho nos escritos sobre filosofia da linguagem e da história de Michel Foucault. Para este último, são as práticas discursivas das ciências humanas que, em última análise, “constroem” ou “constituem” as culturas, as sociedades, a própria História. É evidente, no entanto, que alguns desses discursos prevalecem sobre outros. Posto de outra forma, via de regra é um certo “conhecimento” – que até pouco tempo atrás exigia-se fosse “científico” – o que determinará que representação ou mimese deve prevalecer, enfim, que “olhar” sobre o mundo terá hegemonia em determinada época. De uns tempos para cá, a perspectiva dominante é, sem dúvida, a da cultura. Radicalizando ainda mais essa linha de raciocínio, o processo em si de apreensão da “realidade”, especialmente do passado, só será possível, argumenta-se, se mediado sobretudo pela linguagem. Tal perspectiva, explorada anteriormente na defesa de minha dissertação de mestrado (“Ficção, história e ideologia no romance pós-moderno: uma leitura de O Legado da Família Winshaw”, UFPR, 2007), e agora retomada na tese de doutorado em História Social que desenvolvo na Universidade de São Paulo, será, na presente comunicação, cotejada com as idéias de Benedict Anderson sobre a formação das nacionalidades – na expressão do autor, “comunidades imaginadas” – em contraposição às culturas.*

**Palavras-chave:** ficção & historiografia, nacionalidade, “comunidades imaginadas”, Benedict Anderson, Michel Foucault.

## 1 Introdução

Ainda nos anos 80 do século passado, num momento em que a dita globalização não permitia enxergar direito o horizonte, o historiador Benedict Anderson, no clássico *Comunidades imaginadas – Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, deu novo impulso à discussão do pertencimento à nação – um tema, nem é preciso dizer, estigmatizado pela evocação imediata da ideologia trágica que engendrou.

O que pretendo aqui discutir mais detidamente, numa palavra, é a questão da nacionalidade: sua ligação com a **ficção** – do que o “imaginadas” do título de Anderson dá uma boa pista – e a evolução **histórica** do conceito à medida que o olhar dos historiadores sobre a História foi cada vez mais levando em conta, mais do que nacionalidades, *culturas*.

Começemos com a assertiva de Anderson: “A realidade é muito simples: não se enxerga, nem remotamente, o ‘fim da era do nacionalismo’, que por tanto tempo foi profetizado. Na verdade, a condição nacional [*nation-ness*] é o valor de maior legitimidade universal na vida política dos nossos tempos” (2008, p.28). ( Repare-se que o autor prefere a expressão “condição nacional” –

*nation-ness*, no original – aos muito mais carregados nacionalidade e, principalmente, nacionalismo.)

Essa idéia teria, nos dias de hoje, uma “legitimidade emocional” profunda, garante Anderson (2008, p.30). Seguimos com ele:

[...] proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana.

Ela é *imaginada* porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou nem sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva da comunhão entre eles.

[...] ela é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. (2008, p.32-34, grifos originais)

Por fim, Anderson deixa no ar uma afirmativa que, proponho eu, retenhamos, pois voltaremos a ela adiante: “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas” (2008, p.33).

## **2 Linguagem e nacionalidade**

Mas o que havia antes das comunidades nacionais?

Ainda de acordo com a genealogia proposta pelo historiador inglês, dois outros tipos de vínculos, não necessariamente excludentes entre si, mas sobrepostos: a *comunidade religiosa* e o *reino dinástico*: “[...] ambos, no seu apogeu, foram estruturas de referência incontestes, como ocorre atualmente com a nacionalidade”, afirma Anderson (2008, p. 39).

Vamos nos deter no primeiro tipo de comunidade, como ilustração – embora o segundo tenha tido tanta implicação quanto o primeiro no desenvolvimento da idéia de “condição nacional”. Mas é na *comunidade religiosa* que aparece claramente uma questão que, a partir de agora, vai nos interessar de perto: o pertencimento a uma comunidade pela língua e, veremos também, pela literatura.

Todas as grandes comunidades clássicas”, prossegue Anderson, “se consideravam cosmicamente centrais, através de uma língua sagrada ligada a uma ordem supraterrânea de poder.

[...]

Com efeito, a realidade ontológica só pode [podia] ser apreendida por meio de um único sistema privilegiado de re-presentation: a língua-verdade do latim eclesiástico, do árabe corânico [...]. (2008, pp.40-42)

Ora, aqui ainda estamos muito longe da idéia de linguagem – base das culturas, afinal – e mesmo da concepção de línguas nacionais, que só vai aparecer do século XVIII em diante. Sobretudo, a noção de *referência* – em termos simples, o que haveria por detrás, ou sob a superfície da linguagem, das línguas – era completamente diferente.

Linda Hutcheon é quem se pergunta:

O que é que constitui a natureza da referência na história e na ficção? [...] Exatamente como é que a linguagem se prende à realidade? O que nossa teoria literária, nossa literatura e nossa filosofia da história estão fazendo atualmente é passar a fazer parte de uma problematização já existente, e agora generalizada, de toda a idéia de referência. (1991, p.186)

Já para Michel Foucault, são as práticas discursivas das ciências humanas que, em última análise, “constroem” ou “constituem” as culturas, as sociedades, a própria História. É evidente, no entanto, que alguns desses discursos prevalecem sobre outros. Posto de outra forma, via de regra é um certo “conhecimento” – que até a virada do século passado, ou até além, exigia-se fosse “científico” – o que determinará que representação deve prevalecer, enfim, que olhar sobre o mundo terá hegemonia em determinada época. De uns tempos para cá, a perspectiva dominante é, sem dúvida, a da *cultura*.

Radicalizando ainda mais essa linha de raciocínio, o processo em si de apreensão da “realidade”, especialmente do passado, só será possível, argumenta-se, se mediado sobretudo pela *linguagem*.

“Os territórios arqueológicos podem atravessar textos ‘literários’ ou ‘filosóficos’, bem como textos científicos. O saber não está contido somente em demonstrações; pode estar também em ficções, reflexões, narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas”, escreve Foucault (2002, p. 208) em *As palavras e as coisas*. O pensador francês iniciava, com esse livro, a trajetória que o levaria, anos mais tarde, a fundar sua “arqueologia do saber”. Naquela obra, mais até do que esmiuçar a questão da referência, o filósofo localiza no tempo o salto de qualidade na percepção humana da “realidade” exterior pelo uso das palavras. Uma nova relação assumida entre linguagem e mundo marcou nossa entrada em uma nova era – à qual chamaremos, por convenção, modernidade.

No Renascimento – e o filósofo francês se reporta particularmente a seu auge, no século XVI –, a linguagem ainda aparecia como que entranhada no mundo, com todas as implicações mítico-religiosas aí presentes desde a Idade Média, época das comunidades religiosas e dos reinos dinásticos: o bíblico “no princípio era o Verbo...”, a referência inevitável a uma língua primeira anterior a Babel, cuja decifração – afinal inatingível – colocava-se como desafio às línguas humanas, imperfeitas, incompletas, mero comentário à fala divina: esta, o próprio mundo. Era como se as coisas aparecessem, por assim dizer, “escritas” diante dos homens. Ou, por outra, as palavras viessem “inscritas” nas coisas. Segundo a máxima de George Steiner: “Nada há no Jardim ou em si mesmo a que Adão não possa dar um nome” (2005, p.200).

No seu ser bruto e histórico do século XVI, a linguagem não é um sistema arbitrário; está depositada no mundo e dele faz parte porque, ao mesmo tempo, as próprias coisas escondem e manifestam seu enigma como uma linguagem e porque as palavras se propõem aos homens como coisas a decifrar. A grande metáfora do livro que se abre, que se soletra e que se lê para conhecer a natureza não é mais que o reverso visível de uma outra transferência, muito mais profunda, que constrange a linguagem a residir do lado do mundo, em meio às plantas, às ervas, às pedras e aos animais. (Foucault, 1999, p.49)

Tudo muda, como dissemos, na modernidade. É conhecida a fórmula de dois termos – significante e significado – unidos arbitrariamente para formar o signo, pela qual o suíço Ferdinand de Saussure definiu os rumos da lingüística moderna.

Pensemos um momento no que consiste essa arbitrariedade com que as palavras passaram a designar as coisas: um cachorro não mais atenderá por “cachorro”, ou um gato terá o nome “gato”, por alguma relação intrínseca – determinada de antemão por um texto primordial do mundo – entre esses dois animais e os substantivos pelos quais nos referimos a eles; assim serão chamados porque os indivíduos falantes do português os designam, todos, pelas mesmas duas palavras. Mais importante: a língua, em seu caráter significativo arbitrário, ainda assim “funcionaria perfeitamente bem se *gato* e *cachorro* trocassem de lugar no sistema, desde que todos os falantes fossem avisados”<sup>1</sup> (Lodge, 1981, pp.4-5, grifos originais).

Repare-se na liberdade que ganha a linguagem, agora solta de todas as amarras do mundo: “A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire sua espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem” (Foucault, 1999, p.409). Se por um lado, a linguagem não mais depende das coisas, a recíproca deve ser verdadeira: o homem – ele também, afinal, objeto de designação, “coisa” a ser representada – se acha livre, com existência própria. Compreende-se, assim, por que a nova relação entre linguagem e mundo finca raízes no mesmo período histórico dos ideais humanistas preconizados pelo Iluminismo de fins do século XVIII. Ora, é a partir dali que se pode falar da História tal como a conhecemos.

É também, e não por acaso, quando se consolida a idéia de nacionalidade.

### **3 Vernáculo e nacionalidade**

Voltando a Benedict Anderson: “Por sob o declínio das comunidades, línguas e linhagens sagradas estava ocorrendo uma transformação fundamental nos modos de apreender o mundo, a qual, mais do que qualquer outra coisa, possibilitou “pensar” a nação” (2008, pp.51-52).

Isso se materializa, ainda segundo o mesmo autor, em duas “formas [que] proporcionaram os meios técnicos para ‘re-presentar’ o *tipo* de comunidade imaginada correspondente à nação” (2008,

---

<sup>1</sup> “[...] the English language would work equally well if *cat* and *dog* changed places in the system, as long as all users were aware of the change.”

p.55, grifo original): o romance e o jornal. Estariam dadas, aí, as condições materiais para a emergência das comunidades nacionais imaginadas, em oposição às anteriores, religiosas e/ou agrupadas em torno de dinastias.

Antes de mais nada, é preciso destacar a imbricação entre jornal e romance: a imprensa do século 19 foi de suma importância para a popularização das ficções longas, os chamados folhetins, publicados em capítulos nos jornais. Ao lado da notícia, vinha a imediata reflexão sobre o mundo de então – o romance se transformava nessa espécie de oráculo da atualidade; se não explicava, ao menos fazia pensar a condição do homem, agora homem moderno.

Mas como a imprensa e, com ela, o romance, teriam sido capazes de amalgamar, na idéia de nacionalidade, sentimentos de pertencimento àquela altura bastante díspares, especialmente nas diversas regiões da Europa?

E, antes disso, por que o jornal passou a desempenhar esse papel de delimitação das fronteiras simbólicas dentro das quais habitariam cidadãos em “camaradagem horizontal” – “compatriotas”, poderíamos chamá-los, um tanto anacronicamente – unidos em torno de características comuns?

Ou, antes ainda, que características comuns seriam essas, sempre uma pergunta espinhosa?

A resposta, para Anderson, começa numa certa “revolução vernaculizante”. Assim que se viram obrigados a adotar “línguas administrativas”, numa tentativa derradeira de unificar seus domínios mesmo que somente na documentação de leis e despachos diplomáticos, os reinos dinásticos abriram a brecha para que os principais vernáculos ganhassem status de código impresso – e, mais adiante, também de veículo literário – e, assim, solapassem o latim, por exemplo, na Europa. Da língua-verdade à língua compartilhada por um grande número de falantes, os quais logo aprenderiam também a ler e escrever em vernáculo.

Em suma, “a própria concepção do jornal supõe a refração dos ‘fatos do mundo’ num certo mundo imaginado de leitores do vernáculo”, escreve Anderson, que ressalta ainda “quão importante para essa comunidade é a idéia de simultaneidade lógica e constante ao longo do tempo” (2008, p.104). Consolida-se, nesse gesto da leitura simultânea de jornal, a separação entre passado e presente – entre a antigüidade das imensas comunidades de cristãos, ou muçulmanos, ou budistas, e de monarcas e senhores feudais, e a atualidade da comunidade nacional imaginada.

Quanto ao romance, o crítico inglês Ian Watt, autor do clássico estudo *A ascensão do romance*, lembra que “os enredos da epopéia clássica e renascentista [...] baseavam-se na História ou na fábula”.

O primeiro grande desafio a esse tradicionalismo”, escreve Watt, “partiu do romance, cujo critério fundamental era a fidelidade à experiência individual – a qual é sempre única e, portanto, nova. Assim, o romance é o veículo literário lógico de uma cultura que, nos últimos séculos, conferiu um valor sem precedentes à originalidade, à novidade. (2010, p.13)

Watt atribui a grande virada representada pelo gênero, em relação à ficção anterior, àquilo que descreve como “realismo formal” no romance – procedimentos técnicos, como a caracterização detalhada dos personagens e a delimitação específica de tempo e espaço das narrativas. Ou seja, também as velhas formas de expressão – como acabamos de ver, uma “visão unificada de mundo”, segundo Watt, ou, para voltar a Anderson, as “línguas-verdade” das grandes comunidades clássicas religiosas – terminam por ser, portanto, substituídas.

E, além disso, quando Watt menciona uma “adaptação do estilo da prosa”, faz lembrar frase anterior do mesmo Anderson (aquela que pedi ao leitor, no início, que retivesse): “As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas”.

O romance é, por excelência, e em particular na sua imbricação com a imprensa diária, expressão da modernidade – e, mais importante, atestado de nacionalidade.

## Conclusão

Podemos dizer que a historiografia, voltando a ela, por mais que entre os historiadores se tenha tentado fugir a isso, não deixará de se servir dos recursos da narrativa para reconstruir o passado. Essa é uma evolução mais recente. Trata-se do que David Harlan – falando dos historiadores – chamou de “o retorno da literatura”:

Havia um tempo em que os historiadores pensavam haver escapado ao “meramente literário”, um tempo em que eles haviam estabelecido os estudos históricos no sólido fundamento do método objetivo e do argumento racional. *[E aqui o autor se refere à historiografia “científica”, o método positivista de abordagem da História que ganhou força no século XIX e prevaleceu até pouco tempo atrás.]* No entanto, os recentes avanços em crítica literária e em filosofia da linguagem solaparam esta confiança. Agora, após uma ausência de cem anos, a literatura volta à história, montando seu circo de metáfora e alegoria, interpretação e aporia, traço e signo, exigindo que os historiadores aceitem sua presença zombeteira bem no coração daquilo que, insistiam eles, consistia [sic] sua disciplina própria, autônoma e verdadeiramente científica. (2000, p.15)

Um outro teórico, Marshall, acrescenta ainda: “A descrição historiográfica é um tipo de mimese, que procura perpetuar circunstâncias relevantes por meio da memória e da narrativa, expressando a ação em imagens, com o uso de um conjunto de sinais que permitem suas interpretações” (p.59).

Essa vertente hegemônica da historiografia emerge, de fato, junto com a idéia de nacionalidade; mas é verdade, também, que se consolidará pela prevalência de algo menos definível e totalizante, sintetizado no termo *cultura* – afinal, o próprio romance *inglês*, pioneiro no uso da adjetivação nacional, não é hoje, mais do qualquer coisa, *multicultural*?

## **Referências Bibliográficas**

- 1] ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- 2] FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- 3] \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. 6ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2002.
- 4] \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 12ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.
- 5] HARLAN, D. 'A história intelectual e o retorno da literatura' in RAGO, M & GIMENES, R. (org.) *Narrar o passado, repensar a história*. Campinas: Unicamp, 2000.
- 6] HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo: história, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- 7] LODGE, D. *Working with structuralism: essays and reviews on nineteenth- and twentieth-century literature*. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.
- 8] MARSHALL, F. 'A história, por Heródoto e Tucídides'. *Revista Biblioteca Entrelivros*, Ed. Especial nº1, pp.54-63. São Paulo: Duetto Editorial.
- 9] STEINER, G. *Depois de babel: questões de linguagem e tradução*. Curitiba: Editora da UFPR, 2005.
- 10] WATT, I. *A ascensão do romance: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

---

**i Christian SCHWARTZ**, mestre em Estudos Literários (UFPR, 2007) e doutorando em História Social  
Universidade de São Paulo (USP)  
E-mail: [clmschwartz@gmail.com](mailto:clmschwartz@gmail.com)